

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.537 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2002

Carlos Wilson denuncia uso político de recursos para pagar obras

PÁGINA 6

Convênios abrem cursos do ILB e Unilegis a outros órgãos públicos

PÁGINA 8

Mais famílias de desaparecidos políticos podem ser indenizadas

O Plenário do Senado aprovou projeto ampliando o período abrangido pela lei que permite o reconhecimento da morte de pessoas desaparecidas em razão de atividades políticas. Enquanto a data limite atual é 15 de agosto de 1979, o novo texto amplia esse prazo para 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição. As famílias das vítimas do período de arbítrio também terão novo prazo para requerer indenização. A matéria vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 3

CCJ amplia punição para empresa que fraudar pesquisa eleitoral

PÁGINA 5

SENADO RECEBE DELEGAÇÃO JAPONESA E TEBET DIZ QUE INTERCÂMBIO FORTALECE DEMOCRACIA



Célio Azevedo

Projeto contra fraudes nas pesquisas eleitorais foi aprovado pela CCJ em caráter terminativo



Gerardo Magela

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem uma delegação parlamentar japonesa. Acompanhado pelo vice-presidente da Casa, Edison Lobão, e pelos senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma, Tebet destacou a importância do intercâmbio parlamentar para fortalecer a democracia.

PÁGINA 2

Congresso autoriza créditos suplementares de R\$ 4,1 bilhões

Dez pedidos de créditos suplementares encaminhados pelo Poder Executivo foram aprovados ontem à noite pelo Congresso Nacional. Os recursos destinam-se principalmente a pagamento de salários de funcionários públicos

PÁGINA 3

Tebet recebe delegação de parlamentares japoneses

Importância de intercâmbio para o fortalecimento da democracia é ressaltada pelo presidente do Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, ao lado do vice-presidente da Casa, Edison Lobão, do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Jefferson Péres (PDT-AM), e do senador Romeu Tuma (PFL-SP), delegação parlamentar chefiada pelo vice-presidente da Câmara dos Conselheiros da Dieta do Japão, Shoji Motooka, em visita oficial de três dias ao Brasil.

Tebet ressaltou a importância adquirida pelo intercâmbio parlamentar para o fortalecimento da democracia diante da conjuntura internacional de globalização, e aceitou, em nome do Senado brasileiro, convite para troca de delegações em 2008, quando será comemorado o centenário da imigração japonesa no Brasil.

O presidente do Senado disse aos visitantes que o povo brasileiro vê com gratidão a contribuição dada pela colônia japonesa ao desenvolvimento nacional, em todos os estados da Federação, e lembrou as manifestações de hospitalidade que recebeu quando visitou o Japão, como governador de Mato Grosso do Sul.

Edison Lobão ressaltou a “pro-



Ramez Tebet e Shoji Motooka participam de campanha de saúde no Senado, verificando o nível de colesterol no sangue

funda amizade e admiração do povo brasileiro pelo povo japonês”, que compartilha com maior ênfase, segundo afirmou, desde que visitou o Japão, em 1980. Também Romeu Tuma salientou a consistência dos laços que unem os dois povos e comentou os contatos com a polícia japonesa quando chefiava o Departamento de Polícia Federal.

Jefferson Péres enfatizou a necessidade de aumentar o intercâmbio entre os dois parlamentos e pediu informações a Motooka a respeito das alterações na Constituição japonesa e da recu-

peração econômica do país.

Depois do encontro no gabinete da Presidência, Tebet levou os visitantes até o Plenário, e em seguida ofereceu almoço à delegação japonesa no Restaurante dos Senadores. O deputado Paulo Kobayashi (PSDB-SP), do Grupo Parlamentar Brasil-Japão, e o embaixador no Brasil, Tadashi Ikeda, acompanhavam a comitiva.

Viajam com o vice-presidente da Dieta sua esposa, Hiroko Motooka, os parlamentares Tetsuro Yano, Azuma Koshishi, Katsuyuki Hikasa, Renzo Togashi e Sota Iwamoto, além de assessores.

Sampaio alerta para calamidade no Piauí

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) disse que 194 municípios do Piauí estão em estado desesperador, de calamidade pública, sem água nem mesmo para consumo humano ou de animais. Sampaio lembrou que já havia

feito um alerta há dois meses, no fim de junho, quando 158 municípios se encontravam em situação de calamidade pública, mas agora o número de cidades aumentou e o quadro de esti-



Benício Sampaio: estiagem atingiu ponto intolerável

agem chegou a um ponto intolerável.

– O governo federal tem que agir imediatamente. Vai haver uma frustração de 65% nas safras agrícolas. O único alento para algumas famílias é o minguado salário de aposentado que os mais idosos recebem e com o qual sustentam filhos e netos de forma absolutamente precária, e o Ministério da Integração Regional, a quem apelamos, não tomou qualquer providência.

Suplicy anuncia debate sobre a renda mínima

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou a realização de encontro com o filósofo e economista da Catholic University of Louvain and Bien (Bélgica), Philippe van Parijs, no qual será debatida a renda básica.

O encontro será promovido pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Avançados da USP, Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Departamento de Planejamento de Análise Econômica da Escola de Administra-

ção de Empresa da Fundação Getúlio Vargas e Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O evento ocorrerá na Faculdade de Economia e Administração da USP, no dia 17, a partir das 11h.

Suplicy pediu autorização para ausentar-se entre 10 e 15 de setembro, quando estará na Suíça, a convite da Basic Income European Network (Bien), para participar do seu 9º Congresso Internacional, que tem como tema a “Segurança de uma Renda como um Direito”.

Projeto reduz exigências para condutor de “trailer”

O Senado decidiu ontem modificar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e reduzir as exigências para quem conduz trailers e motor-casas. Passa a ser exigida a categoria B (requerida na condução de veículos leves) para os condutores de motor-casas cujo peso não ultrapasse seis toneladas e não exceda oito lugares. Atualmente o CTB exige habilitação na categoria D para esses motoristas.

Para os condutores de trailers, o projeto libera as categorias B, C e E, com gradação conforme o

peso e número de lugares disponíveis. O CTB em vigor exige habilitação na categoria E, a mesma dos condutores de carretas.

A categoria E será exigida se o trailer pesar mais de seis toneladas, ou se a lotação exceder oito lugares. A medida beneficia turistas que rebocam trailers, pois eles poderão tracionar esses veículos com habilitação até na categoria B.

Aprovado em 18 de junho, o projeto foi submetido agora a discussão suplementar, antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

Fórum combate o colesterol elevado

Hoje, a partir das 11h, no Auditório Petrônio Portella, reúne-se o Fórum Nacional de Combate ao Colesterol Elevado, evento que tem como um de seus objetivos a promoção de um marco que torne a data de 8 de agosto o Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Colesterol Elevado.

A iniciativa de instituir a data é do senador Benício Sampaio (PPB-PI). Cardiologista, ele apre-

sentou projeto de lei com esse fim, visando sensibilizar a população sobre a importância de prevenir o colesterol elevado.

Além de Benício Sampaio, vários médicos especialistas na área foram convidados para expor os vários aspectos do problema do colesterol elevado no Brasil e no mundo. Também está prevista a exibição do vídeo da Campanha Nacional de Comba-

te ao Colesterol Elevado, realizada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. Essa campanha, que se encerra nesta semana, foi responsável pela realização de testes para verificar o colesterol de brasileiros de 12 cidades, de sete estados, e ainda pela distribuição de folhetos com informações sobre uma dieta saudável e esclarecimentos sobre a hipertensão arterial.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e

Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mais casos de desaparecidos podem ter reparação

Senado aprova projeto que alonga o período abrangido pela lei que garante indenização a família de vítimas da repressão. O desaparecimento deve ter ocorrido entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988

Parentes das vítimas da repressão política terão mais possibilidades de solicitar indenizações ao Estado. O Senado aprovou ontem projeto de lei que altera o período abrangido pela lei que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou de acusação de participação em atividades políticas. Atualmente, o período vai de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. O projeto, que vai à sanção presidencial, fixa como nova data limite 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição.

A proposta também amplia o universo das pessoas que podem ser beneficiadas, ao retirar do texto dispositivo que identificava os que seriam abarcados pela lei de



Para Osmar Dias, projeto resgata a dignidade das famílias dos desaparecidos políticos

indenização aos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Segundo o Poder Executivo, a proposição pretende alcançar os casos em que os interessados entraram com requerimento fora do prazo ou por desconhecimento da legislação, identificando a existên-

cia de dotações orçamentárias entre 2001 e 2003 para atender às vítimas da repressão política.

— O projeto constitui importante contribuição do Executivo para a reparação de situações que ocorreram num período extremamente difícil na história brasileira. É de especial significação também para resgatar a dignidade de famílias de desaparecidos políticos e indenizá-las — afirmou Osmar Dias (PDT-PR), que salientou a existência de recursos orçamentários para as indenizações.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também comentou a aprovação do projeto. “A proposta resgata a credibilidade e fortalece as instituições democráticas”, disse.



Ramez Tebet explicou que o calendário especial para funcionamento da Casa no período que antecede o pleito tem sustentação no Regimento da Casa

Senado retoma votação de matérias após as eleições

O Senado só deverá votar projetos e outras matérias depois das eleições de 6 de outubro. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Casa, Ramez Tebet, salientando que o calendário especial, baseado em decisão da Mesa e acordo firmado pelos líderes partidários, encontra sustentação no Regimento Interno. Mesmo assim, Tebet fez questão de submeter a deliberação da Mesa ao voto do Plenário.

De acordo com o Regimento, nos 60 dias anteriores às eleições gerais (o que é o caso do pleito deste ano), não será cobrada presença dos senadores. Tebet cha-

mou a atenção para a possibilidade de o Senado ser convocado caso haja necessidade.

— Embora em campanha, todo o Senado estará atento para, em qualquer eventualidade, nos reunirmos e respondermos ao chamado do povo brasileiro. Sem eleição não existe democracia — disse Tebet, observando que a pauta da Casa está praticamente livre.

Em data ainda a ser definida, os senadores deverão comparecer a Plenário para ouvir as explicações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o acordo firmado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Malan deverá explicar a senadores acordo com FMI

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá explicar ao Senado os termos do acordo que o governo negocia com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi aprovado ontem pelo Plenário requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convocando o ministro. A proposta teve apoio do vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem a data da audiência só deve ser marcada quando os termos do

acordo já estiverem alinhavados.

— É preciso que ele tenha algo concreto para passar aos senadores — justificou.

À noite, durante a sessão do Congresso, após divulgação pela imprensa da informação de que os termos gerais do acordo já teriam sido firmados, Suplicy defendeu que a audiência ocorra em 20 de agosto. “É responsabilidade do Senado examinar e aprovar o acordo”, afirmou.

Plenário aprova contratação de empréstimos

O Senado aprovou ontem quatro operações de crédito externo no valor de aproximadamente R\$ 607 milhões. A maior delas, firmada entre a União e o Banco Mundial, garantirá R\$ 564,8 milhões para o financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundoescola).

Três operações permitem que a União contrate empréstimos para o financiamento do Programa de Modernização da Infra-Estrutura das Instituições Federais de Ensino Superior. São R\$ 25 milhões junto ao BNP-Paribas; R\$ 12,9 milhões no ABN-Amro Bank; e R\$ 4,2 milhões no KFW.

Os senadores aprovaram ainda a inclusão da comissão de garantia a ser paga ao Banco Mundial referente à operação efetuada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e a inclusão do financiamento de 100% do seguro nas operações entre a União e o BNP-Paribas.

PEC que muda demarcação de terra indígena é discutida

Os senadores discutiram ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que confere ao Senado competência para aprovar os processos de demarcação de terras indígenas. A proposta, que teve o seu segundo dia de discussão em primeiro turno, limita em 50% do território de cada estado da Federação as áreas destinadas aos índios. O autor da proposta, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), disse que em seu estado, Roraima, esse limite já foi ultrapassado.

— Da forma como os projetos vêm sendo feitos, apenas o Executivo define a questão, baseado em laudos antropológicos e portarias da Funai. Pela proposta, os estados que estão perdendo ter-

ras para a União poderão se posicionar por meio de seus representantes no Senado — disse.

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou a PEC. Segundo ressaltou, a fixação de limites para demarcação impedirá que comunidades indígenas exerçam o direito de se desenvolverem a partir de seus próprios referenciais culturais.

— Este assunto deve ser tratado como cláusula pétrea — defendeu a senadora.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também manifestou-se contra. Ele leu parecer elaborado pelo Instituto Socioambiental, segundo o qual as demarcações não podem ser baseadas em critérios quantitativos.

Congresso autoriza créditos suplementares de R\$ 4,1 bi

O Congresso aprovou na noite de ontem dez projetos de créditos suplementares no total de R\$ 4,1 bilhões, destinados a pagamento de pessoal, segurança de candidatos nas eleições e financiamento de estoques de álcool combustível, entre outras finalidades.

A maior verba, no valor de R\$ 2,6 bilhões, ajudará a pagar salários de funcionários públicos. O Fundo Penitenciário Nacional, que ajuda estados na construção e melhoria de presídios, terá um reforço de R\$ 100 milhões. O Ministério da Defesa receberá R\$ 9,6 milhões para despe-

sas com os militares que integraram a Força de Paz das Nações Unidas no Timor Leste.

Durante a discussão dos projetos, parlamentares da oposição criticaram os gastos da União com o pagamento de juros. O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) lembrou que os R\$ 108 bilhões que o governo gasta por ano de juros representam R\$ 300 milhões por dia. Esses R\$ 300 milhões, disse, dariam para o governo construir por dia seis grandes hospitais ou asfaltar 800 quilômetros de rodovias diariamente.

Atualizadas custas da Justiça do Trabalho

A atualização de custas da Justiça do Trabalho é o que estabelece projeto de lei do Executivo aprovado ontem pelo Senado. Como a matéria já tinha sido aprovada na Câmara, vai agora a sanção presidencial. O projeto altera dispositivos da CLT não apenas no que diz respeito aos valores das custas, mas também dos fatos geradores das despesas.

Nos dissídios individuais ou coletivos, nas ações e outros procedimentos judiciais, as custas incidirão à base de 2%, observado o mínimo de dez UFIRs (R\$

10,60) sobre o valor da causa, do acordo ou da condenação, conforme o caso. Nas ações de valor indeterminado, os 2% serão cobrados sobre base a ser fixada pelo juiz.

O projeto também impõe nova tabela de custas e emolumentos que prevê o pagamento de despesas em uma série de atos processuais. A tabela atual é calculada no valor de referência regional, extinto em abril de 1991. O congelamento das custas fez com que a Justiça do Trabalho praticamente deixasse de arrecadar.

Baleia franca poderá ser o símbolo do ecoturismo

Relator José Fogaça diz que Brasil deve reparar erro histórico com essa espécie, que chegou a ser considerada extinta no país

A baleia franca poderá vir a ser o símbolo do ecoturismo no Brasil, segundo determina projeto de lei de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não for apresentado recurso para votação no Plenário da Casa, a matéria irá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

Com a decisão, no entendimento do relator, senador José Fogaça (PPS-RS), o Brasil está reparando um erro histórico cometido contra a baleia franca, que chegou a ser considerada extinta no país por volta de 1970, em razão de sua caça predatória. O projeto recebeu emenda do relator estabelecendo prazo de 90 dias para que o Executivo regulamentasse a medida, a contar da data de publicação da nova lei.

Recentemente, graças à criação de uma área de proteção equiva-



Projeto de Casildo Maldaner foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Justiça

lente a 156,1 mil hectares, em Santa Catarina, as baleias encontraram um refúgio e voltaram a se reproduzir e a ser avistadas com relativa facilidade, informou Fogaça. Em vez de barcos de pesca, a área agora é movimentada por barcos de turistas, que não podem, contudo, ficar mais do que 30 minutos no local, afirmou o relator.

A preservação da área destina-

da à baleia é levada a sério no país, observou Fogaça. Tanto que recentemente a Polícia Federal deu voz de prisão a tripulantes de um barco estrangeiro de uma emissora de tevê, que, infringindo a lei, ficou cinco horas no local filmando as baleias, acrescentou.

O reaparecimento das baleias francas em mares brasileiros assume relevância também para a indústria nacional do lazer, na opinião de Fogaça, uma vez que o fato irá incrementar o turismo de observação de baleias, já implantado principalmente em Santa Catarina.

— Hoje não singram mais por águas nacionais as temidas baleeiras, mas sim embarcações repletas de observadores de baleias. Os arpoes foram, então, substituídos por máquinas fotográficas e o clamor dos animais abatidos, pelas exclamações dos visitantes, encantados com seus saltos e piruetas — disse o relator.

Fotos: Célio Azevedo

Emenda eleva recursos para faculdades na Amazônia Legal

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA) a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que eleva



Proposta de Mozarildo Cavalcanti amplia verbas de 47% para 47,5%

de 47% para 47,5% os valores que a União deverá repassar para as instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal. Os valores acrescidos deverão ser utilizados pelas universidades em programas de ensino, pesquisa e extensão e na promoção do desenvolvimento sustentável da região.

A emenda, aprovada por unanimidade, foi elogiada por diversos senadores que integram a comissão. Eles destacaram a relevância da medida para o avanço do ensino superior na Amazônia e também para a diminuição das carências e desigualdades regionais. Mozarildo agradeceu o

apoio e disse que a emenda resultou de amplos debates entre os reitores das universidades beneficiadas, que, segundo observou, “já estavam cansados de pedir recursos para desenvolver o ensino e a pesquisa superior na Amazônia”.

A proposta ainda será submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado e, se aprovada, seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

A CCJ também aprovou proposta do senador José Sarney (PMDB-AP) que estende à Área de Livre Comércio de Macapá-Santana (ALCMS), criada em 1991 como uma plataforma de exportação, os mesmos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. O mérito da proposta deverá ser discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que apreciará a matéria em caráter terminativo.

Comissão promoverá audiência sobre clonagem

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) propondo a realização de audiência pública para debater a questão da clonagem humana. Rocha lembrou que o Senado realizou em junho um seminário sobre o tema, por iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com a presença de especialistas e interessados no assunto.

— Agora, no entanto, eu proponho que a CCJ faça um debate no

âmbito da própria comissão para que os integrantes do colegiado possam debater diretamente com os especialistas e oferecer contrapontos e dúvidas remanescentes sobre o assunto — disse.

Marcada para 20 de novembro, a audiência deverá contar com a participação de especialistas dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia; da Universidade de São Paulo (USP); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Instituto de Bioética, Cidadania e Gênero

(Anis); e da Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (Abem). Por recomendação do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que preside a CAS, serão convidados representantes da Igreja Católica (CNBB) e das igrejas evangélicas.

O senador Sebastião Rocha tem estimulado a discussão da clonagem no Congresso, aprofundando o debate sobre projeto de lei de sua autoria que proíbe as experiências técnico-científicas de engenharia genética que visem à clonagem humana.

Aprovado projeto que amplia defesa do réu

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação terminativa, projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para garantir ao advogado de defesa o direito de intervir para levantar questões de ordem durante a inquirição do acusado. Além disso, o projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) autoriza o defensor a sentar-se ao lado do seu cliente, inclusive no tribunal do júri.

O projeto tem por objetivo o re-

conhecimento da “ampla defesa inserida na Constituição federal”, segundo o relatório apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ao justificar a alteração, Romeu Tuma considerou que a legislação anterior a 1941 admitia “discursos longos e nem sempre consistentes ou oportunos. As intervenções ocorriam a toda hora



Tuma quer assegurar intervenção do defensor durante inquirição

e interrompiam o andamento dos feitos”.

Para coibir os excessos, o Código de Processo Penal em vigor acabou optando por um rigor “exarcebado”, proibindo totalmente a intervenção dos representantes das partes, “com o objetivo de garantir celeridade ao questionamento do réu”, observou Romeu Tuma na justificativa do projeto.

CCJ aprofunda debate sobre a extinção de terreno de marinha

As alterações contidas no projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que reduz as taxas cobradas dos ocupantes de imóveis da União e na proposta de emenda constitucional do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que extingue os terrenos de marinha deverão ser discutidas conjuntamente pelos respectivos relatores, Osmar Dias (PDT-PR) e Gerson Camata (PMDB-ES). O objetivo é harmonizar o conteúdo das duas matérias em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A complexidade do tema foi o motivo apontado pelos integrantes da CCJ para aprovar a sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) de promover uma discussão entre os dois relatores, como forma de apressar decisão sobre os projetos. Durante os debates, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) chegou a propor a criação de subcomissão específica para estudar o assunto e uma audiência pública com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

No ano passado, segundo a SPU, a União arrecadou R\$ 168,6 milhões com taxas sobre imóveis de

sua propriedade, que estão sendo utilizados por pessoas físicas e jurídicas.

O ponto central dos debates na CCJ em torno do projeto sobre as taxas de ocupação de imóveis da União visou diferenciar essa cobrança, beneficiando os ocupantes que comprovadamente não possuem renda.

REDUÇÃO

O projeto de Ricardo Santos diminuiu a cobrança do foro dos atuais 0,6% “do valor do respectivo domínio pleno”, atualizado anualmente, para 0,3%; unifica a taxa de ocupação dos terrenos da União em 1% (hoje com alíquotas diferenciadas de 1%, 2% e 5%); e reduz de 5% para 1% o valor (laudêmio) recolhido nos casos de transferência entre pessoas vivas do domínio útil dos imóveis e também sobre as benfeitorias neles construídas.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) sugeriu que o relator do projeto modifique o texto para não generalizar o alcance dessa redução de taxas patrimoniais, que abrangeria apenas quem recebe até cinco salários mínimos.

Fraude em pesquisa eleitoral deve ter punição maior

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto de José Eduardo Dutra que prevê a cassação de registro da empresa que alterar o resultado de levantamento sobre intenção de voto. A proposta vai agora à Câmara

Cabral cobra empenho para votar reforma

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse ontem que a aprovação da reforma do Judiciário até o final deste ano somente acontecerá se houver uma forte vontade política do Congresso Nacional, a exemplo do que ocorreu com o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns e com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Cabral, relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Judiciário, informou já haver examinado as 134 emendas apresentadas em Plenário à matéria. Seu novo parecer, com avaliação sobre cada uma das emendas, deverá ser analisado como o primeiro item da pauta da próxi-

ma reunião da Comissão de Justiça. Após a votação na CCJ, a proposta retorna ao exame do Plenário do Senado, para votação em segundo turno.

SOCIEDADE

O senador considera que a sociedade brasileira está exigindo dos políticos mudanças que sejam realmente capazes de dar mais celeridade ao Judiciário. Ele lembrou que a proposta, em debate no Senado, tramitou na Câmara dos Deputados por aproximadamente 10 anos.

Para ser mais eficaz e dinâmico, acrescentou, o Judiciário necessita dos instrumentos que o aperfeiçoem. Tais instrumentos, infor-



Roosevelt Pinheiro

Só vontade política garante aprovação da PEC este ano, diz Cabral

mou o presidente da CCJ, constam não somente da emenda à Constituição em debate, mas também de mecanismos infra-constitucionais que vão mexer nos procedimentos processuais da Justiça. Nessa última direção, conforme registrou Bernar-

do Cabral, o Senado já aprovou algumas propostas.

Sobre as emendas à reforma do Judiciário apresentadas em Plenário, o senador disse haver "sugestões muito boas" de aperfeiçoamento da proposta. Ele destacou a que restaura os precatórios e a que regulamenta os recursos processuais para instâncias superiores.

Contribuição do ministro Sálvio de Figueiredo é ressaltada

O senador Bernardo Cabral registrou ontem declarações feitas pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sálvio de Figueiredo Teixeira. Ao fazer o elogio, Cabral lembrou que o magistrado tem dado grande contribuição à reforma do Judiciário, em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Um dos temas abordados pelo ministro trata da maneira de como envolver a juventude com as eleições. Sálvio de Figueiredo sugere uma experiência conhe-

cida no exterior, pela qual estudantes de 10 a 15 anos participam do processo eleitoral de forma simulada. Para o ministro, o sistema não só contribui para a formação cultural, como também serve para mostrar aos jovens a relevância da política na democracia.

PARTICIPAÇÃO

Cabral considerou oportunos os comentários do ministro, dada a falta de participação dos jovens brasileiros na política. De acordo com o senador, o jovem acredita que os políticos estão volta-

dos para seus interesses pessoais.

O senador realçou proposta de criação da Escola Judiciária Eleitoral, feita pelo ministro, para quem é recomendável que juízes, membros do Ministério Público e advogados tenham especialização em Direito Eleitoral para que não predomine a improvisação na área.

Sálvio de Figueiredo sugeriu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deveria tomar a iniciativa de promover cursos já a partir de setembro.

Tebet destaca inauguração, domingo, da TV do Judiciário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, cumprimentou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio, pela inauguração, no próximo domingo, da TV do Judiciário. Lembrando o pioneirismo da TV Sena-



Roosevelt Pinheiro

Para Tebet, emissora contribuirá para fortalecer democracia

do, Tebet destacou a importância do novo canal de tevê para o aumento da transparência das instituições e o fortalecimento da democracia brasileira.

Ramez Tebet lembrou que no dia 11 – data de criação do primeiro curso de Direito no Brasil – também será comemorado o Dia do Advogado. Ele assinalou que esses profissionais são um símbolo da luta pela liberdade e pela justiça e, por isso, mereceram artigo especial na Constituição.

– Os advogados são os mais destemidos na luta em defesa da liberdade e da democracia – disse. Também foi lembrada pelo se-

nador a comemoração, no domingo, do Dia dos Pais. Ramez Tebet ressaltou a importância da figura paterna para as famílias e, especialmente, para os filhos. Afirmando que seus pais foram os norteadores de sua vida, ele dedicou um abraço a todas as famílias brasileiras.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), em aparte, manifestou o orgulho que tem de seu pai, governador Siqueira Campos, do Tocantins, que está se recuperando, em São Paulo, de uma intervenção cirúrgica para a retirada de um tumor cancerígeno.

Os institutos de pesquisas pré-eleitorais que fraudarem os resultados dos levantamentos divulgados para a população poderão ser punidos não apenas com multa e detenção dos proprietários – como já define a legislação atual – mas também com a cassação do registro de funcionamento da empresa.

É o que define projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para a Câmara, pois foi aprovada em caráter terminativo, exceto se houver recurso para que seja submetida ao Plenário do Senado.

O risco de fechamento da empresa, afirmou o senador, reduzirá a possibilidade de os proprietários dos institutos de pesquisa aceitarem dinheiro para fraudar dados, prática existente pelo fato de esse valor ser geralmente maior que a multa a ser paga. O projeto estabelece que a Justiça Eleitoral deverá decidir sobre o caráter fraudulento da pesquisa em prazo 50% inferior ao atual.

INOVAÇÃO

Conforme destacou Dutra, a proposta é inovadora ao caracterizar o que é fraude em pesquisa eleitoral. “Embora a legislação se refira à pesquisa fraudulenta, não estabelece o que caracteriza a fraude”, explicou. Pelo texto, ficam definidas três situações que tipificam o crime: falsidade das informações prestadas; falsificação do resultado divulgado; e discrepâncias superiores à margem de erro entre as pesquisas dos 10 dias anteriores à eleição e o resultado desta.

– Isso quer dizer que, se uma pesquisa for divulgada com uma diferença de, por exemplo, dez

pontos percentuais em relação aos resultados da eleição, o instituto de pesquisa deverá responder por isso. O projeto inibe, dessa forma, não apenas as empresas fraudulentas, mas também as incompetentes, que evitarão a divulgação de levantamentos feitos com critérios não muito científicos – observou Dutra.

ENDEREÇO

O senador José Fogaça (PPS-RS) sugeriu que fosse retirada do texto a obrigatoriedade de a empresa pesquisadora fornecer à Justiça Eleitoral o endereço do entrevistado. A exigência, alertou, poderia inibir o eleitor. A recomendação foi acatada pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), e pelo autor do projeto.

A iniciativa de Dutra recebeu várias manifestações de apoio dos senadores da CCJ e foi considerada, pelo relator, “inteiramente procedente”. Simon contou que foi vítima, recentemente, de manipulação promovida por institutos de pesquisa que não incluíram seu nome nas sondagens sobre a Presidência da República.

– Sabemos todos que a divulgação de pesquisas tem grande influência sobre a formação da intenção do voto. Ao apontar, com legitimidade científica, os candidatos com maior viabilidade, estimula a prática do voto útil e termina por produzir profecias com capacidade de auto-realização – acrescentou Simon.



José Cruz



Fotos: Célio Azevedo

CCJ acolheu por unanimidade projeto de Dutra (no destaque) que reduz a possibilidade de fraudes cometidas por institutos de pesquisa eleitoral

Juvêncio condena ações eleitoreiras no governo de MS

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) criticou ontem o governador do seu estado, Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, denunciando o que chamou de "ações destinadas a render dividendos políticos a curto prazo".

— Ele nada fez a não ser preparar o ambiente de sua própria sucessão, investindo soma considerável de recursos públicos em projetos que apenas darão resultados imediatos — disse o senador.

Segundo Juvêncio, as obras realizadas no estado são de iniciativa do governo federal, embora o governador "faça propaganda enganosa" à população assumindo-as como iniciativa de sua gestão.

A economia regional, disse Juvêncio, está estagnada, com receitas em queda e despesas "realizadas irresponsavelmente, em elevação crescente e incontrolável, feitas para garantir a permanência no poder do Partido dos Trabalhadores, o PT".



Juvêncio denuncia crise no estado

De acordo com o senador, o estado tem um grave quadro econômico, com atrasos de pagamento a fornecedores, crescente endividamento interno e protelação de serviços. O governador, no entanto, disse Juvêncio, "insiste em vender para a sociedade uma imagem diferente de sua administração, visando obter resultados políticos".

Ao finalizar seu pronunciamento, Juvêncio afirmou que os políticos precisam refletir sobre esse momento da vida brasileira, em que turbulências ocasionais têm o poder de obscurecer perspectivas de longo prazo e impedir a consecução de um projeto nacional com menos diferenças regionais, maior distribuição de riquezas e crescimento da economia.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser próprio da democracia existirem críticas e pontos de vista diferentes sobre governos. Ele disse, no entanto, ter a convicção de que o governador Zeca do PT criou mecanismos para garantir crescente participação popular em seu governo, com grandes contingentes de cidadãos dando sugestões sobre o que fazer com o dinheiro público.

Carlos Wilson aponta critério político na liberação de verbas

Senador denuncia que governo desrespeita ordem cronológica de pagamentos de obras rodoviárias e privilegia empresas mais "amigas"

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) denunciou ontem a suspensão de pagamentos a empresas de obras rodoviárias, em razão de critérios políticos.

— Numa prática truculenta, o governo Fernando Henrique está desobedecendo à ordem cronológica dos pagamentos a empreiteiras, prevista em lei de 1993, para liberá-los em função de "relevantes razões" que nunca são explicitadas — afirmou.

Carlos Wilson disse que este procedimento teve início com a transferência dos negócios do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para a nova estrutura, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), quando as empreiteiras



Governo desrespeita lei votada no Senado, diz Carlos Wilson

foram informadas de que o governo não mais respeitaria a sistemática de pagamentos. Para o senador, a única explicação é de natureza política.

— Entre as empresas que prestam serviços ao governo, algumas devem ser mais "amigas" do que outras, ou seja, as que colaboram mais, recebem; as outras, não. Trata-se de mais um desrespeito a uma lei que o Senado votou para tornar mais transparentes as relações entre o governo e as tão mal faladas empreiteiras — disse o senador.

Para Carlos Wilson, as razões eleitorais são óbvias neste caso. Ele lembrou que o país está às vésperas de uma eleição na qual o governo vê seu candidato ser re-

pujado nas pesquisas.

— É triste ver um governo, de quem se esperava o exercício pleno da democracia, terminar de forma tão melancólica — afirmou.

Carlos Wilson disse ter recebido a denúncia de favorecimento dos responsáveis pela Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor). Eles afirmaram que as empresas assistem, sem poder reagir, ao direcionamento das verbas para outras obras, em geral de empreiteiras maiores, em total desrespeito à ordem cronológica dos pagamentos, rigorosamente cumprida à época do extinto DNER.

Carlos Wilson reafirmou sua confiança no ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa e no diretor do DNIT, Luís Francisco Silva Marcos, mas pediu explicações sobre o que chamou de "comportamento incompatível" com a legislação em vigor no país.

Saturnino pede análise de operações em estatais

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou que proporá a realização de audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para examinar duas operações de compra e venda de vulto que trarão consequências para a economia brasileira. A primeira é a compra da Perez Companc, companhia petrolífera argentina, pela Petrobras, por US\$ 1 bilhão; a segunda diz respeito à venda de parte da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) à Corus, grupo anglo-holandês.

Ele lamentou que o Senado tenha decidido suspender seus trabalhos até depois das eleições, quando há, ainda, assuntos importantes para debater, tais como o novo acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a possibilidade de venda de parte da Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros. "A resolução aprovada não foi boa e estou inconformado com a paralisação do Senado", disse.

Em relação à CSN, Saturnino lastimou que se esteja vendendo, aos pedaços, uma companhia que foi marco histórico da industrialização brasileira. "Depois dessa venda ao grupo anglo-holandês, a parte brasileira ficou reduzida a 30% do capital. O BNDES, que é sócio da CSN, deveria ter sido consultado a respeito da operação, bem como o Senado, que sequer foi informado com antecedência", afirmou.



Saturnino lamenta que CSN esteja sendo vendida aos pedaços

Cândido quer prioridade a estaleiros brasileiros

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) quer que o governo privilegie empresas nacionais na licitação para construir duas plataformas de exploração de petróleo, num valor total de quase US\$ 350 milhões. De acordo com ele, a indústria nacional tem condições de montar as duas plataformas, o que geraria no país de 6 mil a 8 mil empregos.

Em discurso ontem, o senador afirmou ter feito várias tentativas para que as plataformas fossem construídas em estaleiros brasileiros, para diminuir o desemprego. Os esforços, porém, foram inúteis, num "claro descaso" do governo e as duas plataformas, segundo ele, devem ser construídas na Noruega.

Licitação anterior, para transformação de um navio na plataforma P-50, foi vencida pelo Estaleiro Jurong, de Cingapura. Segundo o senador, os preços apresentados pelo concorrente brasileiro ficaram 6% maiores, devido aos impostos cobrados no país.

Com a entrada em vigor da lei que acabou com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos de exploração petrolífera importados, a empresa anunciou que 80% do serviço será feito pelo Estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro, controlado pela Jurong. Mas o estaleiro de Cingapura, segundo o senador, ressaltou que o edital da Petrobras não o obrigava a executar o trabalho no Brasil.



Para Cândido, plataforma pode gerar até 8 mil empregos

Maldaner critica mudanças nos cursos de Direito

Ao prestar sua homenagem aos advogados, cujo dia será comemorado no domingo, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez críticas à proposta do Ministério da Educação de adequar a estrutura dos cursos de Direito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para o senador, o ministério não quer dar mais conteúdo e qualidade aos cursos de Direito.

Maldaner ressaltou que a proposta do governo reduz o tempo mínimo de cinco para três anos como exigência para a obtenção do diploma de bacharel de Direito. Para o senador, a ideia é das mais nocivas e significa verdadeiro retrocesso. Ele aproveitou a oportunidade para registrar a XIV Conferência Estadual dos Advogados Catarinenses, que está acontecendo até domingo, em Lages (SC).



Maldaner: proposta é um retrocesso

Ação judicial de idoso pode ter tramitação rápida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que garante aos maiores de 60 anos tratamento especial nas questões judiciais. A medida inclui benefícios que se estendem do atendimento até a prioridade na tramitação de processos nos órgãos judiciais.

A PEC estabelece que a União e os estados criem juizados especiais com competência para processar e julgar ações que versem sobre a proteção e os direitos dos idosos. Assegura também que todos os procedimentos judiciais em que os idosos figurarem como parte interessada deverão ter preferência na tramitação em todas as instâncias judiciais. Outra providência sugere a gratuidade dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário aos maiores de 60 anos.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou a iniciativa, declarando ser favorável a medidas de auxílio aos idosos.

Iris: problemas do Entorno ameaçam Brasília

Administração federal se tornará inviável se dificuldades da região não forem resolvidas, adverte senador goiano. Ele defende equiparação de salários dos servidores públicos e dos preços dos serviços de transporte



Maguito Vilela diz que "reeleição rima com corrupção e com maldição"

Maguito critica reeleição para o Executivo

"Ou acabamos com a reeleição ou a reeleição vai acabar com o Brasil." O alerta é do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao acusar o governador do seu estado, Marconi Perillo (PSDB), de promover desperdício de dinheiro público, em desrespeito à sociedade que paga impostos, para tentar reeleger-se.

O senador disse que o governador goiano está usando indiscriminadamente a máquina pública, a fim de manter-se no poder. Citando dados do Tribunal de Contas de Goiás, Maguito Vilela disse que só no ano passado Perillo gastou R\$ 120 milhões em propaganda, a maior parte em benefício próprio, razão pela qual está sendo investigado pela prática de publicidade irregular.

Maguito Vilela disse ainda que Goiás é o estado campeão brasileiro em despesas com propaganda, gastando o dobro do que aplica São Paulo e o triplo do que gasta o Rio de Janeiro. Disse ainda que o governo goiano tem usado milhões de reais no pagamento de shows com artistas famosos, que animam festas políticas onde a estrela é o governador em campanha pela reeleição.

O senador fez um apelo para que a Justiça tome providências contra o que ocorre em Goiás. Disse que a reeleição seguida para um cargo executivo leva à acomodação e ao marasmo, assim como aos desmandos e à corrupção. Ele lembrou que "reeleição rima com corrupção e com maldição".

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ontem que a presença da administração federal em Brasília se tornará inviável se os graves problemas do Entorno do Distrito Federal não forem resolvidos. Para ele, a solução passa pela união do governo federal com os governos de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Iris lembrou estar em vigor desde fevereiro de 1998 a lei que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride), originada de projeto de sua autoria. Em sua opinião, falta "a decisão política para que a Ride produza uma forte intervenção administrativa, social e econômica na região do Entorno". A região, que tem a mais elevada taxa de crescimento do Brasil (entre 3% e 4%



Iris: soldado da PM do DF ganha o triplo dos colegas da região

ao ano), é composta pelo DF, 19 municípios goianos e dois mineiros, totalizando 55 mil quilômetros quadrados e quase 3 milhões de habitantes.

O senador citou dois "desafios primordiais" para melhorar as condições de vida no Entorno do DF, onde vivem 800 mil pessoas: primeiro, fazer com que os recursos cheguem às comunidades mais carentes, para melhorar as precárias condições de infra-estrutura urbana. Segundo, e mais importante, equiparar os salários dos servidores públicos – notadamente nas áreas de saúde, educação e segurança pública – do Distrito Federal e do Entorno, assim como os preços dos serviços de transporte e comunicação. Iris pediu que o presidente Fernando Henrique as-

suma os custos da equiparação dos vencimentos:

– Seria, digamos, um gesto de dimensão histórica se ele pessoalmente adotasse os procedimentos legais para que a União arcasse com os custos de uma medida que em nada vai onerar os cofres públicos, mas que terá um efeito de dimensões gigantescas.

O senador citou o exemplo de um soldado da Polícia Militar do Distrito Federal, que ganha quase três vezes mais do que seu colega mineiro ou goiano. Também custa quase o triplo a tarifa de transporte para o DF nas cidades do Entorno, se comparada à tarifa cobrada nas cidades-satélites. Iris Rezende propôs a unificação dos preços das tarifas de transporte e comunicações na região.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a região do Entorno tem "um povo trabalhador e honrado, que precisa de uma atenção especial".

Eduardo comunica cirurgia de governador

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comunicou o afastamento de seu pai, Siqueira Campos, do governo do Tocantins, por 15 dias, devido a uma cirurgia a que foi submetido no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para extirpar um câncer. Informou que a operação transcorreu sem problemas e que o governador tem recebido muitas mensagens de apoio. Emocionado, aproveitou a mensagem do presidente Ramez Tebet sobre o Dia dos Pais e disse que se orgulhava muito do próprio pai e de representar Tocantins.

Francelino homenageia Geraldo Freire

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) requereu manifestação de voto de pesar do Senado Federal pelo falecimento do ex-deputado Geraldo Freire, ex-presidente da Câmara dos Deputados. Geraldo Freire faleceu no dia 1º de julho, em Brasília, aos 90 anos.

Francelino lembrou que o ex-deputado começou sua carreira política como vereador, em 1936, em sua cidade natal, Boa Esperança, no sul de Minas. Agricultor e pecuarista, Geraldo Freire era também formado em Direito.

Mauro quer igualar salários de policiais do Entorno aos do DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou ontem projeto de lei autorizando o Poder Executivo a utilizar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para complementar a remuneração dos policiais civis e militares que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Seu objetivo é igualar essa remuneração à dos policiais do Distrito Federal.

Em sua opinião, somente a ação integrada das duas polícias nessa região poderá ser eficaz no combate à criminalidade. O parlamentar explicou que a equiparação salarial dos policiais dos municípios do Entorno aos do DF desempenhará papel fundamental no estímulo a esses profissionais, "que arriscam diariamente suas vidas para proteger a população".

Ao pedir ao Plenário que apóie seu projeto, Mauro Miranda argumentou que dar aos policiais do Entorno condições dignas de manutenção de suas famílias é medi-



Mauro defende ação integrada de policiais no combate ao crime

da de bom senso para que tenham a tranqüilidade necessária para trabalhar no combate ao crime.

O senador Mauro Miranda está convencido de que a aprovação desse projeto significará um passo importante na redução dos índices de criminalidade do Distrito Federal e cidades do Entorno.

SEGURANÇA

De acordo com o senador, o próprio presidente da República reconheceu, no ano passado, que a remuneração dos policiais do Entorno é um aspecto crítico na segurança dessa região. Daí por que Fernando Henrique Cardoso destacou verba para melhorar a situação salarial daqueles agentes.

O parlamentar lamentou que o cumprimento dessa determinação presidencial não tenha durado mais que seis meses. Segundo Mauro Miranda, o pagamento desse acréscimo salarial cessou sem maiores explicações e são grandes as reclamações dos policiais goianos.

Requião: pesquisa é divulgada antes de sua conclusão

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), candidato ao governo do Paraná, denunciou em discurso que jornais de Curitiba e o seu adversário nas eleições para o Executivo estadual, o também senador Álvaro Dias (PDT-PR), divulgaram números de uma pesquisa do Ibope três dias antes de seu encerramento em campo.

Requião observou que, se confirmados os números assim que a pesquisa for divulgada oficialmente, estará confirmada "uma estranha associação entre o Ibope e um candidato" a um governo de estado. Conforme os números divulgados antecipadamente, Álvaro Dias estaria à frente de Requião com 14 pontos percentuais.

– Se o resultado não estiver errado, sai desmoralizado Álvaro Dias, por suas declarações. Se o resultado se confirmar, é uma questão para delegacia de polícia e para o TSE. Isso porque teremos uma pesquisa revelada, por um interessado, com uma antecipação de três dias, antes do campo ser finalizado – afirmou.

Requião disse que para ele a questão é séria, e anunciou que já tomou as providências legais cabíveis junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Informou que a pesquisa foi encomendada pela TV Paranaense, afiliada da Rede Globo. Ele lembrou que o presidente do Ibope também foi presidente do clube de futebol Botafogo.

– O Álvaro não achou nada na CPI do Futebol contra o Botafogo. Mas, em compensação, agora o Ibope encontra votos que talvez ele não tenha – sustentou o senador peemedebista.

O senador Álvaro Dias foi presidente da comissão parlamentar de inquérito que investigou no ano passado denúncias de corrupção no futebol brasileiro.



Requião afirma que tomou providências junto ao TRE



Sebastião Rocha pretende esclarecer qual será a compensação ao Amapá

Rocha quer amplo debate sobre criação de parque

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a defender a necessidade de discussão, pela sociedade, da criação do Parque das Montanhas do Tumucumaque, proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele sustentou que não é contrário à criação do parque, mas defendeu sua ampla discussão com a sociedade, os representantes dos estados e os municípios nele envolvidos.

Rocha disse que a audiência pública por ele proposta não objetiva dificultar nada, mas deixar claro para o povo do Amapá quais as compensações que o estado terá para ficar com parte de suas terras sob administração da União. Ele considera importante discutir o que alguns municípios vão receber para ter praticamente 50% de suas áreas nessa situação.

— O que nós queremos é estabelecer critérios e mecanismos de compensação para os estados, municípios e moradores da floresta. Já deixei muito claro que espero do presidente Fernando Henrique Cardoso um comportamento democrático nesse assunto. Vamos discutir em alto nível os benefícios que esse parque trará para a humanidade — frisou.

Sebastião Rocha reconheceu que o Amapá precisa dar sua parcela de colaboração para a criação do parque, mas ressaltou que oferecer como compensação ao estado apenas a possibilidade de divulgação internacional é muito pouco. No mesmo discurso, ele falou do projeto dos seus sonhos, que é a construção de um hospital universitário na Universidade do Amapá, obra que já está com sua primeira etapa concluída e que é o primeiro passo para a criação do curso de Medicina no estado.

Senado abre cursos do ILB e Unilegis a outros órgãos

Ramez Tebet assina convênio com Aneel e destaca importância dos investimentos em capacitação profissional para o progresso do país

O presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou a importância dos investimentos em capacitação profissional para o progresso do país ao assinar, ontem, convênio colocando à disposição dos funcionários da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os cursos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Unilegis (Universidade do Legislativo).

Tebet ressaltou a atuação pioneira do Senado, abrindo aos órgãos da administração e ao público em geral toda a estrutura montada pela Casa ao longo dos últimos anos para dar suporte ao trabalho legislativo, como televisão, rádio, jornal, agência, biblioteca, e agora também a universidade.

— Queremos o Senado cada vez mais aberto, transparente e à disposição do país. A Casa da Federação está empenhada em levar a educação a todos, consciente de que nenhuma nação progride sem qualificar sua mão-de-obra — afirmou.

O diretor-geral do Senado,



Ao assinar o convênio, Ramez Tebet disse que o Senado está empenhado em levar a educação a todos

Agaciel Maia, informou que já foram firmados convênios semelhantes com a Caixa Econômica Federal, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União e até mesmo o Banco Central, cujo centro de treinamento é de reconhecida excelência.

— Com os convênios, procuramos maximizar o treinamento e minimizar os custos, pois nossos funcionários também podem aproveitar os cursos dessas entidades. A parceria com órgãos públicos é uma iniciativa do Senado, porque hoje o cen-

tro de treinamento mais organizado é o nosso — disse.

Na definição de Agaciel Maia, este é “o Senado além das leis”, que, ao lado do exercício da função legislativa, criou um sistema de comunicação social modelo e um conselho editorial que vem publicando obras de valor cultural sem interesse para o mercado livreiro;

tornou-se o primeiro parlamento do mundo a contar com uma Universidade aberta; e decidiu colocar à disposição todos esses recursos — inclusive seu corpo de funcionários altamente qualificado — aos outros órgãos públicos e à sociedade.

Para o diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo, a assinatura do convênio significa “o crescimento da equipe da Aneel e uma oportunidade importantíssima para o desenvolvimento de um trabalho que sirva melhor aos consumidores de energia elétrica”.

Ronaldo Cunha Lima lança livro de poesia

Em solenidade realizada ontem, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, o senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) lançou seu mais recente livro, *Poesias Forenses*, que tem como tema requerimentos, despachos, pareceres e observações poéticas colecionados ao longo de anos como escrevente de cartório, advogado e promotor. O livro conta com prefácio do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio.

Estiveram presentes diversas autoridades, como o presidente do Senado, Ramez Tebet, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Lúcio Coelho (PSDB-MS); os ministros do STF Nelson Jobim e Gilmar Mendes; deputados; além de diretores do Senado e correligionários de Ronaldo Cunha Lima na Paraíba.

Escolhido por Ronaldo para apre-



Tebet saudou Ronaldo Cunha Lima no lançamento de “Poesias Forenses”

sentar o livro, Bernardo Cabral lembrou que tem uma longa história ao lado do autor, desde que ambos eram conselheiros estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ramez Tebet lembrou a estima e a amizade que todos no Senado dedicam ao representante paraibano. O presidente do Senado observou que Ronaldo Cunha Lima sobreviveu com a inteligência no período em que foi banido da vida pública, inclusive participando do programa de TV de Flávio Cavalcanti, quando

respondeu sobre a vida de Augusto dos Anjos e ganhou o prêmio máximo.

Ronaldo Cunha Lima disse que optou pela profissão de advogado quando ainda cursava o antigo curso ginasial. Ao trabalhar como escrevente de cartório, aprendeu que o direito também abria espaço para a poesia. Ele recordou que seu primeiro cliente foi um boêmio preso por estar fazendo uma serenata, que teve seu violão apreendido pelo delegado, como prova do crime. O cliente queria o violão de volta. O juiz do caso disse que se Ronaldo fizesse um poema com a situação liberaria o violão. O então jovem advogado escreveu o poema *Habeas Pinus* e conseguiu sua primeira vitória profissional.

Novos consultores legislativos tomam posse hoje

Os novos consultores legislativos e de orçamento do Senado Federal, aprovados em recente concurso público, tomam posse em cerimônia oficial hoje, às 14h30, no Auditório Petrônio Portella. É a primeira vez que novos funcionários são empossados em uma cerimônia oficial. A solenidade será presidida pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e faz parte de um programa de ambientação e treinamento que inclui cursos, palestras e visitas ao conjunto arquitetônico do Congresso Nacional.

O programa de ambientação e treinamento foi criado por iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro e conta com a colaboração de diversos órgãos, como Diretoria Geral, Secretaria de Recursos Humanos, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, Prodasen, Secretaria Especial de Editoração e Publicações e Subsecretaria de Relações Públicas.

Salão do Livro de MG conta com estande do Senado

O estande montado pelo Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais apresenta a instituição e o trabalho dos senadores ao público de Belo Horizonte, de hoje até o próximo dia 18. O evento, que este ano homenageia os 100 anos de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, acontece na Serraria Souza Pinto, na capital mineira.

Durante o Salão do Livro, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) realiza no dia 16, às 18h, o lançamento do livro *Forças de Minas no Senado*. No mesmo dia, às 19h, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) autografa os seus livros *Uma Visão de um Estadista da República*, *Pedro Aleixo*, *Milton Campos*, *o Reformador Social e Político*; e *Castelinho*, *o Reinventor do Jornalismo Político no Brasil*, publicados pela Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal.

Além de publicações do Conselho Editorial e legislação atualizada, o público poderá visitar no local uma exposição de documentos atuais e do século 19 sobre episódios importantes da história do país, como a Lei Áurea e as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello. Foram selecionados ainda textos de interesse direto dos mineiros, como o projeto que determinou a mudança da capital federal para Brasília, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, e a proposta que concedeu o título de presidente honorário do Brasil a Tancredo Neves.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto e Juvêncio da Fonseca